

Do Feminino ao Feminismo: Uma Análise de Reportagens na Revista AzMina¹

Thais Martins ROSSI²

Maria Emília Pelisson MANENTE³

Centro Universitário Faesa, Vitória, Espírito Santo

RESUMO

As mulheres integram os chamados grupos minoritários, diferenciados em sociedade por características e discriminações étnicas, religiosas, cor de pele, país de origem, situação econômica e de gênero. A Revista AzMina, um periódico *online* feminista, através da prática de reportagem, dá espaço para essa questão com uma linguagem simples, discurso retórico e crítico, para assim gerar no leitor o questionamento: como eu enxergo as mulheres? Essa pesquisa analisou cinco reportagens, através das metodologias análise do discurso e retórica, para entender como o fazer jornalístico da revista, quando se trata de mulheres, é ressignificado de feminino para feminista, a partir da assimilação de conteúdos num espaço público e democrático, que é a internet.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo *online*; reportagem; revista; feminismo.

INTRODUÇÃO

A Revista Azmina é uma publicação *online*, gratuita, feita por 24 mulheres, que tem o objetivo de combater os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras. Frente aos papéis de representatividade na mídia, AzMina produz conteúdos levando em consideração etnia, religiosidade e sexualidade das mulheres. Diferente das revistas femininas no geral, que seguem um padrão e tem como protagonistas mulheres brancas, magras, classe média e preocupadas com a estética.

Essa produção pode ser compreendida utilizando a metodologia de análise do discurso, explicada por Eni Orlandi (2001) e Eduardo Manhães (2005), porque ela é construída e esmiuçada no modo interpretativo, possibilitando fazer questionamentos e trabalhar hipóteses; e também porque nos ajuda a compreender a língua, que conforme Orlandi, é o funcionamento do estudo da produção de sentidos para analisar um texto,

¹ Trabalho apresentado na Intercom Junior do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Graduada em Jornalismo pela FAESA-ES, e-mail: thaismr@live.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo FAESA-ES, e-mail: maria.emilia@faesa.br

numa relação língua-discurso-ideologia. A linguagem seria, então, o conhecimento da discursividade produzida a partir destes textos.

Se há uso da língua e da linguagem, então o discurso é “a apropriação da linguagem em código formal, abstrato e impessoal, que só pode acontecer por meio de um sujeito inserido e ativo em uma realidade social” (MANHÃES, 2005, p. 305).

O uso da retórica para fins persuasivos, proposta por Aristóteles, complementa a análise porque mostra como o uso de palavras, com aspecto literário e narrativo, ressignifica o discurso de feminino para feminista com objetivo de compreensão social (e não manipulação de massas). O entendimento é que as jornalistas exercem a reportagem como função primordial, de uma forma social, em contrapartida ao imediatismo do online e da globalização.

A BIOLOGIA DOS SEXOS

O sexo é compreendido em sociedade como um fator biológico: nascemos fêmeas (cromossomo X) ou machos (cromossomo Y). Feminino e masculino são determinados dentro desse pressuposto. A sociedade, de uma forma geral, sempre delegou papéis. Para os homens, o de dominante. Para as mulheres o de dominadas. Beauvoir (1970) explica essa questão quando diz que “as mulheres se constroem no outro”. Ou seja, a sociedade as define.

Nesse ponto, somos levados a compreensão de que homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1970, p. 9).

Beauvoir, ao mesmo tempo, desconstruiu essa perspectiva, quando disse que “não se nasce mulher: torna-se”. Inspirado nela, o movimento histórico feminista, com engajamento político, histórico e social contesta e desconstrói a teoria criacionista que nascemos assim e, pela biologia, somos determinadas, desconsiderando as particularidades de cada ser humano. Ganha contorno, então, o existencialismo e também o empoderamento, este último definido por Berth (2018, p. 14), como “instrumento de emancipação política e social”.

Uma vez que há busca por emancipação política e social, é preciso levar em consideração os sentimentos de pertencimento e reconhecimento. As mulheres

começaram a falar umas para as outras na forma com a qual se identificam, e não de maneira biológica. As relações de gênero passaram a ser contestadas.

Nogueira (2017, p. 4) cita Beauvoir (1970) ao dizer que “a implicação da construção social acerca do papel feminino é traçada em seus fatores influentes, como o biológico, o social, o histórico e a psique”. A mesma ressalta a colocação da mulher nesse lugar, que ela chamava de ‘eterno feminino’, sendo uma visão social tida como algo intrínseco a todas as mulheres.

Ou seja: a sociedade regula as formas como as mulheres se apresentam. Com os homens isso não acontece. Muitos dos elementos que compõem este entendimento social do que é feminino é utilizado como estratégia de dominação das mulheres.

Dessa forma, negar o que é imposto as mulheres, no campo do que se entende como feminilidade, torna-se necessário dentro de culturas que se perpetuaram, durante décadas, sobre o que é normal ou não; sobre o que é ser mulher, o que é ser feminista e também sobre até que ponto a biologia é um fator determinante ou não.

Toda essa imposição sustenta a estrutura social que mantém as bases de uma cultura machista, que é a supervalorização do masculino, em detrimento da dominação feminina e patriarcal, que é o poder do homem. Sendo o homem um detentor de poder dominante, a ele é permitido uma hierarquia em relação a mulher.

A questão sexo, gênero, homens e mulher deve perpassar, entre tantas coisas, o jornalismo e sua agenda, porque não se trata de uma visão particular, e sim de uma estrutura social que envolve economia, sexualidade, maternidade e paternidade e política. Também envolve uma questão capitalista, uma vez que o consumo de conteúdo funciona de maneiras diferentes para ambos.

O JORNALISMO FEMININO E FEMINISTA X NÃO PARCIALIDADE MASCULINA

A imprensa feminina nasceu entre os séculos 19 e 20, com todas as articulações sociais, econômicas e culturais que envolvem o ser mulher em sociedade: como um nicho editorial mais atento à vida das mulheres, ao cotidiano e aos desejos do seu público-alvo. Não era para mulheres, e sim sobre mulheres. Jesus (2016, p. 7) explica que durante muitas décadas as mulheres não tiveram nem mesmo direito à alfabetização e acesso à leitura. No Brasil, o número de leitores cresceu paralelo à frequência de meninas nas escolas, durante o século XIX.

As revistas femininas, por sua vez, ganharam força em 1950, mas geralmente escritas por homens – consequência do acesso deles à educação. Os primeiros conteúdos sobre moda, dicas culinárias, artigos de interesse geral e ilustrações foram repetidos até a primeira metade do século XX. Nessa época, as fotonovelas românticas também fizeram bastante sucesso entre as mulheres.

A pesquisadora francesa Evelyne Sullerot, no livro *La Presse Féminine*, classifica como femininos os periódicos que se proclamam destinados à clientela feminina, pensada e dirigida para mulheres. A imprensa feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas.

Dessa forma, fica compreendido que a imprensa feminista nasceu das desigualdades entre homens e mulheres. Ou seja: das próprias vozes femininas. Esse ponto pode gerar certa controvérsia. Alguns podem considerar que essa “separação” foi criada por elas mesmas.

Porém, o que deve ser levado em consideração é que elas queriam mais ser ouvidas e lidas, do que necessariamente falar. As duas questões andam juntas, mas o falar foi consequência de uma luta emancipatória, que culminou no movimento feminista, principalmente quando a lógica capitalista as transformou em “produtos”.

Esse é o entendimento de Pedro e Woitowicz (2010, p. 10), quando eles dizem que “o movimento feminista desde cedo reconheceu o papel da mídia na produção de estereótipos de gênero” e também de Auad (2003, p. 52), que numa perspectiva positiva, explica que “ao mesmo tempo que o capitalismo se fortalecia, a organização das mulheres por direitos e enquanto trabalhadoras e cidadãs ganhava força”.

A partir daí elas se engajaram cada vez mais numa luta em prol das mulheres, pautado na emancipação feminina e num jornalismo não neutro, com o discurso feminista em debate.

No jornalismo o termo neutralidade nos parece mais familiar se denominado imparcialidade. A raiz da palavra, obviamente, não muda. O objetivo é mostrar como as palavras se encaixam de maneiras diferentes para cada contexto. Buitoni (1986, p. 12) considera que objetivo e neutralidade (imparcialidade também pode ser considerado) são conceitos inatingíveis. Dessa forma, ao que parece, em se tratando de imprensa, a neutralidade é voltada apenas para homens. Para as mulheres, não.

Explico: existe o jornalismo político, o econômico, o de celebridades, entre outros. Porém, apesar de específicos, eles não categorizam o público entre gêneros (pelo menos não de forma explícita). Não existe jornalismo masculino, mas existe o feminino.

Silva (2010, p. 54) ao analisar o masculino sob a ótica de gênero do jornalismo, nos traz a compreensão de que a produção do feminino sempre esteve associada ao lar, ao sexo como sinônimo de procriação, “sempre em relação ao seu oposto e centro normativo; o masculino, sinônimo de público, do sexo como sinônimo de instinto e prazer, de força, virilidade, atividade, pavimento, entre outros”.

Mira (2001) diz que os movimentos sociais e culturais, entre eles as mulheres e os negros, nascem nesse contexto de mudança informativa, questionando a figura do patriarcado: homem, adulto, branco e ocidental. Ao fazer isso, eles rompem com as tradições e investem no processo da política das identidades.

JORNALISMO ONLINE, TERRITORIALIDADE E DISCURSIVIDADE

Todas essas mudanças em sociedade têm atingido sobremaneira a forma de fazer jornalismo. As revistas estão se fazendo presentes na internet, num processo de convergência que, conforme Jenkins (2009), são fluxos de conteúdos múltiplos: plataformas de mídia, cooperação de mercados midiático e comportamento migratório do público.

Jenkins (2009, p. 29) diz que esse público migra em busca de experiências de entretenimento que desejam. “Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”.

No caso do jornalismo feminista se torna uma busca questionadora, interligando a noção de discurso ao conceito de território (espaço entendido como uma delimitação da natureza por um grupo). Com a expansão da internet, esse espaço pode ser compreendido como territorialidade (ações praticadas por nós dentro do território).

Diferenciando espaço de território, Reis e Zanetti (2017, p. 10), se baseiam em Raffestin (1993) ao afirmarem que território “é a produção a partir do espaço e pressupõe um local de relações. A apropriação e o uso de um espaço por parte dos atores promovem processos de territorialização”.

Se levarmos em consideração que somos sujeitos históricos, constantemente em construção, que dependemos das trocas que se estabelecem a partir de relações variadas,

logo, tudo o que for feito de ação em meio a territorialidade vai gerar mudanças e, conseqüentemente, uma discursividade. A comunicação é uma dessas ações e o feminismo um dos assuntos que estão sendo discutidos.

A noção de território passa direto pela comunicação. E no mundo a comunicação sempre esteve centrada na mão de grandes grupos hegemônicos, estabelecida por uma lógica capitalista. Logo, o discurso também sempre foi construído nessa perspectiva.

Nesse contexto de questões construídas, descentralizar (ou desconstruir) pode significar não só democratizar a comunicação, mas também gerar uma nova discursividade através dos grupos estigmatizados pelos aspectos sociais econômicos, sociais, culturais, religiosos e de gênero, que são as minorias.

Quando isso acontece, por consequência, cria-se novos discursos a respeito de como se estabelecem as relações de poder em sociedade. Mais precisamente, Reis e Zanetti (2017, p. 12) associam esse poder às noções de apropriação (simbólica e carregadas de valor de uso) e dominação (vinculada ao valor de troca).

Dentre essas noções de apropriação e dominação, o movimento feminista é uma das principais vertentes a romper com esse processo e a se ocupar não do território, mas da territorialidade, para se tornarem vozes que disseminam novos processos comunicacionais.

Haje (p. 12), diz que “a internet parece oferecer os meios técnicos para a construção de um novo espaço público discursivo”. Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam relação, o saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53 e 54).

Alterar esses padrões é mexer na própria noção de pertencimento e reconhecimento. Nós nos reconhecemos dentro de nossas crenças, nossos gêneros, nossa raça, nosso feminino, nossa sexualidade, nosso feminismo e na nossa territorialidade, que é bastante múltipla e amplamente difundida no território internet.

Esclarecido esse ponto, fica compreendido que há intersecções entre o reconhecimento e o pertencimento e o feminismo. Essa é, aliás, uma das vertentes do movimento.

A interseccionalidade, a territorialidade (ou ciberterritorialidade, uma vez que estamos falando de internet e meios digitais) e a discursividade são todos processos que podemos considerar estar sendo utilizados e também ressignificados dentro das

reportagens produzidas pela revista feminista Revista AzMina, porque abrangem as mulheres considerando todas as diferenças étnicas, sociais e raciais existentes.

REPORTAGEM E MILITÂNCIA

As notícias são construídas no dia a dia, com prioridade para o factual. Os assuntos específicos, que não podem ser discutidos superficialmente, são transcritos na reportagem, num trabalho investigativo. Enquanto a notícia se preocupa com os fatos, a reportagem busca as causas.

Segundo Lage (2001), a distância entre reportagem e a notícia está na pauta (planejamento da edição jornalística), o que altera a forma de falar sobre o assunto. “Nas notícias, as pautas são apenas indicações de fatos programados, da continuação (suíte) de eventos já ocorridos e dos quais se espera desdobramentos”.

A reportagem visa atender a necessidade de ampliar os fatos para uma dimensão contextual e colocar para o receptor uma compreensão de maior alcance, objetivo melhor atingido na prática da grande-reportagem, que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto e oferece ao seu autor uma dose ponderável de liberdade para superar os padrões e fórmulas convencionais do tratamento da notícia (LAGE, 2001, p. 31).

Ao optar pela produção de reportagens, o jornalista deixa de priorizar a *agenda setting* para trabalhar com uma agenda social. Mais do que noticiar, se documenta. Ao mesmo tempo que em, ao fazer isso, o jornalista exerce uma função primordial (apurar), o profissional vai contra a lógica do imediatismo trazido pela internet.

A partir daí, a lógica também se volta para o conjunto de valores e papéis partilhados pelos jornalistas como elementos “constituintes da ideologia do jornalismo, com as principais noções de serviço público (os jornalistas prestam um serviço público)”, conforme aponta Deuze (APUD BASTOS, 2007, p. 95).

Haje (2002) diz que o mundo assiste a duas globalizações: a da tecnologia, sobretudo com a internet, e a da cidadania. A questão é: como essa cidadania globalizada poder fazer uso das comunicações globalizadas, levando em conta que o profissional jornalista, por diversas vezes, tem atribuído a si uma responsabilidade social?

Desenvolver essa linguagem a partir do movimento feminista e tudo que envolve as problematizações das minorias é uma forma de registrar memórias e exercer a responsabilidade social. Isso envolve a militância, que nada mais é do que defender uma causa.

Militar, dentro do jornalismo, em favor do feminismo, com a produção de grandes reportagens, é adentrar o espaço público para ceder espaço as mulheres que, em boa parte da história, não foram ouvidas. Não se trata de distorcer a realidade e sim de recortá-la para um outro olhar mais crítico e pensado fora do senso comum.

Conseqüentemente, essas jornalistas estão formando, dentro da opinião pública, novas percepções sobre como a sociedade as enxerga, pautando o que consideram necessário ser dito. O que faz a diferença é o mote pelo qual elas estão fazendo essas abordagens.

Aqui cabe abrir espaço para lembrar que o jornalismo brasileiro, dentro da prática de reportagem, é historicamente construído pela militância. Do Brasil Colônia a Nova República, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) a censura com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), todo o nosso processo de construção é marcado pela militância e resistência.

Na perspectiva da teoria do lugar de fala, as tecnologias são molas propulsoras que as minorias têm, de forma articulada, conseguido utilizar para um maior alcance sobre o que estão falando.

O jornalismo é, propriamente, o espaço de poder que pode ser compreendido na lógica de Foucault, conforme nos lembra Ribeiro (2017, p. 56). O discurso não pode ser pensado “como um amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle”.

Estamos assistindo à desconstrução do discurso dominante. Cada grupo tem se reconstruído e ressignificado para pensar o lugar de fala sob a perspectiva de que os outros grupos vejam como foi construída a hierarquia social e compreendam seus papéis individuais.

O que proponho pensar aqui é a possibilidade de produzir fora do senso comum. Dar voz a um grupo socialmente minoritário é contribuir para que o quadro democrático, efetivamente, seja composto por quem sempre esteve à margem.

ANÁLISE DE REPORTAGENS

MATERNIDADE LÉSBICA

Na reportagem *Maternidade Lésbica* o título é construído em dois substantivos femininos: *Maternidade* e *Lésbica*, que em termos de tempo e espaço situam o leitor (sujeito) no tempo presente. Há dois estereótipos juntos: o de maternar, pensado comumente como um fator biológico obrigatório, e o ser lésbica.

A maternidade é tratada como uma possibilidade de escolha para aquelas que não engravidam pelo ato sexual. A linha fina e o lide contextualizam a questão maternidade de forma identitária e não biológica. Ou seja, há uma quebra com o discurso dominante porque retrata a maternidade como uma escolha e não como obrigação.

Um segundo ponto a ser destacado na reportagem é o aspecto literário. É construído um diálogo que começa, logo na primeira linha, com a abordagem de família para um casal formado por duas mulheres: “Era um domingo de piquenique em família no parque”, que termina problematizando a questão para que o leitor repense: “Ué, mas quem é a mãe dela afinal?”.

Interessante também destacar a dualidade da frase. É comum que as mães solteiras escutem, no dia a dia, a frase “mas quem é o pai dela (e)?”. A problematização vai além: denota o quanto a sociedade, no geral, constrói estereótipos. Nesse caso, familiares.

Outro ponto a ser destacado é que o lide aborda o conceito de família para um casal homoafetivo, abrindo um parâmetro de cidadania.

Nessa reportagem, o processo de ressignificar, através do jornalismo feminista, começa desde o tema maternidade, porque ela é retratada como uma escolha; passa pelas fontes, que são (literalmente) os personagens retratados; trabalha a cidadania (tanto pelo exercício de poder falar quanto pela questão dos direitos fundamentais) e quebra o estereótipo de que mulheres lésbicas não maternam.

Por outro lado, quem constrói o texto também está inserido nesse gerenciamento de relação, numa tentativa persuasiva de fazer com que o leitor repense o próprio discurso sobre maternidade e sexualidade, bastante calcado nos estereótipos e no senso comum.

A partir da retórica (e os conceitos e invenção, disposição, elocução e ação), podemos pensar o seguinte acerca do discurso presente na reportagem: invenção estaria presente no título (*Maternidade Lésbica*), a disposição na linha fina (os métodos, as escolhas, os custos e a burocracia. Os caminhos para ser mãe sendo uma mulher lésbica). Por fim, elocução e ação estão presentes no lide.

Erickson (2014, p. 277), nos explica que a retórica é um gênero filosófico “intrinsecamente argumentativo no sentido de que ele sempre tem um aspecto afetivo”, e

que em retórica “razão e sentimentos são inseparáveis”. Dessa forma, cabe destacar a elocução e ação, presentes no lide, são notados pela construção narrativa e literárias das jornalistas, que tiveram essa sensibilidade ao tratar sobre família.

O MITO DO ABORTO LEGAL

A reportagem O Mito do Aborto Legal traz um panorama social sobre o assunto aborto e também desdobra a maternidade como um direito de escolha. Porém, na perspectiva de interrupção da gravidez. O título principal é construído na subjetividade com que a sociedade, em geral, trata um tema delicado. A contradição (mito) que antecede o que está dentro da lei (legal) segue para uma negação, complementada na linha fina, onde as mulheres são os sujeitos da história.

Dessa forma, o discurso amplia a problemática e traz o assunto para o centro, cercado por erros e atitudes equivocadas. Observa-se que essa negação gira em torno das mulheres porque elas estão em uma posição de escolha.

A retórica, na reportagem, pode ser observada na construção do lide. A começar pela escolha do tempo verbal (passado), que situa o leitor e passa a ideia de que o assunto é “familiar” e está em evidência.

A expressão do pensamento positivo e negativo, em termos de discurso, fica aqui compreendida por conta da dualidade entre culpa e não culpa, algo bastante comum entre as vítimas de estupro. A argumentação fica para o final, nas três últimas linhas, quando as jornalistas adentram o que será discutido, e acaba nos levando ao título novamente: O mito do aborto legal no Brasil.

LEI PODE OBRIGAR CRIANÇAS A CONVIVER COM ABUSADORES

A reportagem A Lei Pode Obrigar Crianças a Conviver com Abusadores traz um panorama sobre alienação parental, a partir da lei 12.318/2010. O título é construído em torno da figura patriarcal dos abusadores, com ênfase no uso dos verbos obrigar e conviver. Importante frisar também, no título, a presença da palavra criança. Acaba criando uma relação com a questão do patriarcado, compreendido como uma estrutura constituída desde muito cedo.

A construção do discurso é baseada na convivência entre vítima e abusadores. Mostra que os estupros não são casos que acontecem de forma isolada. Por se tratar de

alienação parental, fica compreendido que esse é um fato propício a acontecer diariamente. E, ampliando a questão, estará amparado pela própria lei.

Adentrado a linha fina, podemos compreender que o discurso traz o assunto para dentro das relações de gênero e suas implicações para quem está a volta como um todo. Isso porque as palavra usa e vulneráveis retomam a uma questão emocional.

O papel do jornalismo feminista, nesse caso, está nas entrelinhas, para entender como o patriarcado é construído no dia a dia e por atitudes muitas vezes consideradas pequenas. Um exemplo é fazer com que a mulher sinta culpa. Isso está presente no lead, onde a vítima se culpa por ter gravado, sem acompanhamento, os relatos de abuso do filho

Dessa forma, o discurso nos faz visualizar como funciona, na prática, o chamado *Gaslighting*, um mecanismo de abuso psicológico que utiliza, como umas das ferramentas, a manipulação.

Levando em consideração o *Gaslighting*, o discurso constituído é o de que mulheres são, no cotidiano, culpadas. Aqui vale destacar que denominar os fatos como Teoria de Richard Garnier chama a atenção por se tratar de um homem. De maneira intencional ou não, as jornalistas podem ter optado por assim denominar para interpretar o que, no fim, significa os fatos: homens culpando mulheres. Essas novas consciências são possibilitadas a partir de uma comunicação democrática, onde possamos falar sobre o que nos ocorre e as consequências disso nas estruturas patriarcais.

EDUCANDO PRA DESIGUALDADE

Na reportagem Educando pra Desigualdade as jornalistas questionam o fato de que, apesar do direito à educação para a igualdade de gênero estar previsto na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nas diretrizes curriculares nacionais, as escolas vêm falhando sistematicamente, porque deixam de discutir esses assuntos.

A reportagem traz, no título, o contraste com o Escola Sem Partido, que sob a lei 7.180/2014, quer proibir que assuntos, entre eles o gênero, sejam discutidos em sala de aula.

Conforme presente na matéria, entre 25 unidades federativas que sancionaram planos estaduais de educação até o fim de 2016, 12 (11 estados e o Distrito Federal) excluíram menções à palavra “gênero” dos documentos, de acordo com um levantamento feito pela plataforma De Olho nos Planos. Trata-se de um discurso argumentativo, que

começa linkado entre o título e a linha fina. Gomes (2008, p. 53), cita Ducrot (1987) ao afirmar que “argumentatividade é inerente ao uso da linguagem”.

O discurso, a partir da retórica e da linguagem, joga luz para o que, de fato, significa um projeto como o Escola sem Partido e mostra que ele vai atingir, especialmente, meninas, em sua base de formação. Principalmente aquelas que estudam em escolas públicas.

Seria a realidade machista brasileira presente em sala de aula, conforme traz a primeira linha do lide. O discurso traz, implicitamente, que é necessário falar sobre assédio tal qual o que ele é. Proibir esse assunto é naturalizar um comportamento que não deve ser considerado normal.

Em boa parte do tempo, é o que acontece. Há uma crítica sobre se discutir sexualidade (e não o sexo), desde cedo: “Nos intervalos das aulas, vê-se adolescentes “sarrando” – gíria importada do funk, o mesmo que “se esfregando” – nem sempre com o consentimento de ambas as partes”.

Cabe destacar também que o discurso abrange toda a estrutura que envolve o assédio. Tanto para meninas, que, muitas vezes, não sabem que estão sendo assediadas, quanto para meninos, que enxergam esses comportamentos como algo normal.

O discurso passa, ainda, pela falta de estrutura que os educadores têm para lidar com um tema delicado. Respeitando os papéis de educadores e jornalistas, cabe acrescentar que, atualmente, eles são muito mais agentes do que atores sociais. É deles parte da responsabilidade em construir uma sociedade que eduque para a igualdade e não para a desigualdade, fonte de discussão da reportagem analisada.

DOSSIÊ DAS DELEGACIAS DA MULHER

A reportagem Dossiê das Delegacias da Mulher revela que apenas 5% das cidades brasileiras possuem Delegacia da Mulher (DEAM), sobrevivendo com falta de recursos e denúncia graves sobre mal atendimento. Em 2006, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) fez com as DEAM ganhassem mais visibilidade, possivelmente pelas medidas protetivas.

Todo o levantamento foi feito pelas jornalistas, o que nos leva ao título. A partir dele, percebemos o tom investigativo (carro chefe da revista), pela escolha da palavra Dossiê (coleção de documentos ou um pequeno arquivo que contém papéis relativos a determinado assunto, processo, empresa ou pessoa).

Ou seja, o discurso, se olharmos já a partir do título, é construído nas relações de poder, especialmente por tratar de delegacia, um espaço onde predominam homens e onde se lida com violência, tema recorrente no que se refere ao machismo. De forma mais ampla, o discurso se constitui de tal maneira que envolve o estado e suas responsabilizações em torno da violência de gênero.

Pela perspectiva de que o discurso é hegemonicamente masculino, então há uma inversão desse discurso presente em boa parte na linha fina da reportagem, que coloca as mulheres, enquanto jornalistas e comunicadoras, no papel de autoras e responsáveis, numa ação na qual elas costumam ser vítimas.

O discurso sobre relações de poder segue no lide. Na relação mulher x instituição do estado, em 11 linhas, as jornalistas constroem uma história narrativa e, de certa forma, lúdica, baseada na relação entre mulher x homem. O início de tudo, quando se fala de um relacionamento abusivo, antes de os fatos chegarem a uma delegacia. O poder da palavra está presente não só no trabalho das jornalistas, mas também na legitimação de quem é fonte e fala.

CONCLUSÃO

O objetivo principal do trabalho foi analisar cinco reportagens feministas da Revista *online* AzMina. Em todas, o profissionalismo de ouvir os dois lados das histórias foi respeitado, mas houve o cuidado de tratar as mulheres, fontes principais, como o que são (dentro das abordagens propostas): vítimas.

Na Revista AzMina o tema da ressignificação mora entre a substantivação feminina e a verbalização feminista, um contraponto. O jornalismo feminino é feito de construções e respostas. O jornalismo feminista é feito de desconstrução e, invertendo a lógica, de perguntas, uma vez que é movido por questionamentos: por que mulheres morrem tanto? Por que abortam? Porque são violentadas?

O discurso presente na Revista AzMina também é social, crítico, retórico e persuasivo, porque coloca o leitor na situação em que os personagens estão: você sabia que esse projeto tramita na câmara? Como você se sentiria tendo seu corpo estuprado? Além disso, podemos apontar também que o periódico trabalha em prol do feminismo interseccional, porque mostra como até mesmo dentro das minorias existem relações de poder.

Essas relações de poder dentro dos grupos minoritários podem ser percebidas da seguinte forma: as mulheres são minoria. Mas as brancas têm privilégios. As negras não. Se eu sou uma mulher branca e jornalista, de que forma eu trabalho essas diferenças na minha função?

No campo da internet e do jornalismo online, é um exercício bastante democrático ter acesso a conteúdos tão relevantes e sérios, de forma gratuita (indo contra a tendência atual de comprar pelo acesso as matérias), com um discurso crítico e exercendo o compromisso social que é inerente ao jornalista e está presente no Código de Ética.

Quando você abre o espaço público para debater o que é o feminismo e expor a situação das mulheres mundo afora, está contribuindo para furar uma bolha, mudar o quadro e ressignificar qual visão e percepção as pessoas constroem sobre as mulheres e a política, porque o feminismo é um movimento político.

Concluo que o discurso da revista feminista AzMina é político e parcial. É impossível cobrar que não seja. Tomar partido se torna cada dia mais necessário. O assunto, por fim, se resume no que disse o educador brasileiro Paulo Freire. “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”

REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016 (1ª edição).

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Minas Gerais: Letramento, 2018.

BERTHO, H. **Dôssie das delegacias da mulher**. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/dossie-das-delegacias-da-mulher/>>

BUTTONI, D. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Atica, 1986, 96 p.

DEUZE, M. Media Work. In: BASTOS, H. A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**: Portugal, v. 9, n. 2, p. 284-298

ERICKSON, G. W. **Princípios**: Natal, v. 14, n. 21, p. 277-281

FAGUNDES, C. **Lei pode obrigar crianças a conviver com abusadores**. Disponível em: <<https://azmina.com.br/especiais/alienacao-parental/>>

GOMES, J. J.; **Discurso feminino**: uma análise crítica de identidades sociais de mulheres vítimas de violências de gênero. 2008, 131 f. Dissertação (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, 2008

HAJE, L. de P. **Esferas públicas feministas na internet**. 2002. 137 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

JESUS, A. S. de. O mercado editorial de revistas no Brasil: do Espelho Az Mina. In: Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, 12, 2017, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: UNIP, 2017. p.1-116

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa e jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MANHÃES, E. Análise do discurso. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p.305-315

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**.

NOGUEIRA, N. I. **A visão sócio-histórica da construção do feminino: uma questão de gênero**. Centro Universitário Jorge Amado. Disponível em: <
<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1124.pdf>>

ORLANDI, E. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001, 100 p.

PEDRO, J. M.; WOITOWIC, K. J.; Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher, 8, 2010, Florianópolis. **Anais...**, Santa Catarina: UFSC, 2010, p. 1-10

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.

REIS, R.; ZANETTI, D. **Comunicação e Territorialidade – Poder e Cultura, Rede e Mídias**. Vitória: Edufes, 2017, 232 p.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Minas Gerais: Letramento, 2017, 111 p.

RODRIGUES, T. Maternidade lésbica. Disponível em: <
<https://azmina.com.br/especiais/maternidade-lesbica/>>

SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção de notícia**. 2010. 247 f. Artigo (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SULLEROT, E. **La Presse Féminine**. Paris: Armand Colin, 1963, 319 p.

VICENTIN, C. Educando pra desigualdade. Disponível em: <
<https://azmina.com.br/especiais/educando-pra-desigualdade/>>

VICENTIN, C. O mito do aborto legal no Brasil. Disponível em: <
<https://azmina.com.br/especiais/o-mito-do-aborto-legal/>>